



# A EXPOSIÇÃO INSTITUCIONAL ORIGENS DO TRE-PB

Comemorando os 92 anos da Instituição, a exposição homenageia as pessoas que atuaram no Tribunal Regional de Justiça Eleitoral na remota Parahyba da década de 1930, destacando a importância da Justiça Eleitoral para a consolidação da democracia brasileira. A exposição apresenta de forma simples e didática fatos relevantes sobre a administração eleitoral, o alistamento de eleitores, a divisão territorial das Zonas Eleitorais e a realização das primeiras eleições sob a presidência da Justiça Eleitoral. Além disso, revela aspectos biográficos de magistrados, servidores, colaboradores e personalidades políticas da época. Ao lançar luz sobre o passado, a exposição busca contribuir para uma melhor compreensão do sistema democrático contemporâneo.

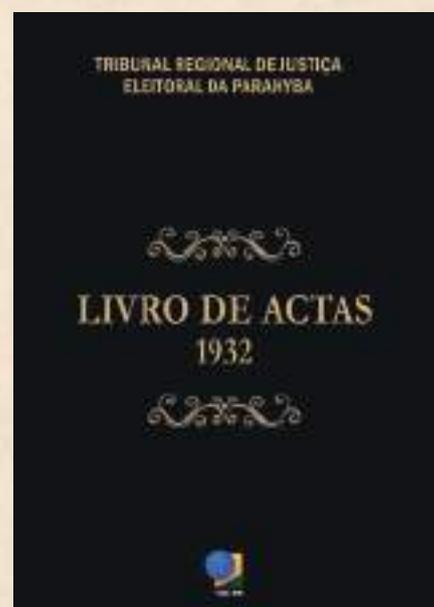
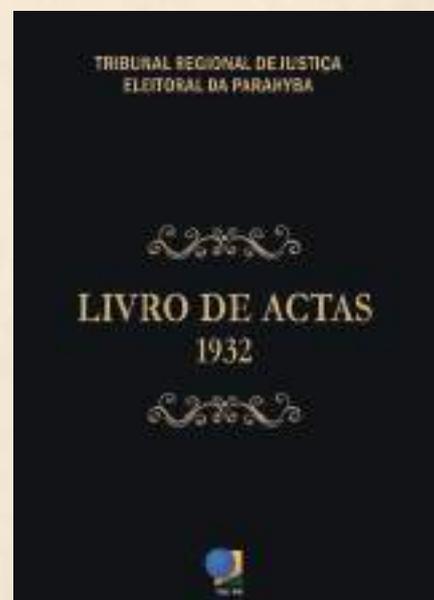
Anteriormente, o TRE-PB desconhecia parte de sua história e das eleições do estado devido à falta de preservação do Fundo de Arquivo produzido na primeira fase do Tribunal, de 1932 a 1937. No entanto, a partir de 2012, foram estabelecidas novas orientações de preservação e difusão do acervo, resultando em ações de recuperação e acesso a fontes documentais importantes para o conhecimento da História da Paraíba e da Justiça Eleitoral.

O Projeto Origens do TRE-PB representa a função arquivística da Difusão do Acervo Documental. Nesse sentido, foram prospectados documentos de fontes secundárias, como o Jornal A União, o Arquivo Público do Estado da Paraíba, a Fundação Casa de José Américo, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e o Acervo Privado Maurílio de Almeida. Diversos documentos relacionados ao Tribunal foram encontrados e digitalizados, tornando-se disponíveis no repositório [atom.tre-pb.jus.br](http://atom.tre-pb.jus.br).

Além disso, foram publicados os Livros de Actas de 1932 e 1933, que em breve serão seguidos pelos Livros de Actas de 1934 a 1937. Essas obras serão incorporadas a acervos bibliográficos importantes, como a Biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral, a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife e a Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida. A iniciativa foi laureada no I Prêmio de Inovação Eleitoral, por ser considerada de extrema importância para o conhecimento das origens da Justiça Eleitoral.

Em 2021, foi lançada a segunda edição do Plano Geral de Classificação e Destinação de Dados, Informações e Documentos. O instrumento de gestão arquivística foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça e está disponível em formato de livro digital no Portal de Boas Práticas do Poder Judiciário.

A Gestão Documental é responsável pela organização, proteção e acesso aos documentos, garantindo a conformidade legal. Por outro lado, a Gestão da Memória tem como objetivo preservar a história e a identidade da instituição, contribuindo para a educação e a cultura. No Tribunal, as áreas de Gestão Documental e de Gestão da Memória têm realizado ações inovadoras e originais, como se vê nas narrativas anteriores. Tais ações estão alinhadas com as diretrizes nacionais do Programa Nacional de Memória do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça. O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, através dessa Exposição, promove o conhecimento desse valioso acervo da história política e eleitoral nacional, assim como presenteia a sociedade com a história do estado.



<b>24.02.1932</b>	• Publicação do Código Eleitoral Brasileiro (Decreto-Lei nº 21.076).
<b>28.03.1932</b>	• Entrada em vigor do Código Eleitoral Brasileiro.
<b>22.04.1932</b>	• Sessão do Superior Tribunal de Justiça do Estado da Parahyba que escolheu os primeiros membros do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral.
<b>21.07.1932</b>	• Sessão de instalação do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da Parahyba.
<b>23.07.1932</b>	• 1ª sessão ordinária do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral.
<b>30.07.1932</b>	• Sessão do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da Parahyba que dividiu o território do estado em 18 Zonas Eleitorais.
<b>13.10.1932</b>	• Publicação do primeiro Regulamento Geral dos Juízes, Servidores e Cartórios Eleitorais.
<b>29.10.1932</b>	• Início do 1º alistamento eleitoral no Estado da Parahyba realizado pela Justiça Eleitoral da Parahyba.
<b>26.11.1932</b>	• Homologação do primeiro concurso público para servidor da Secretaria do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da Parahyba.
<b>30.11.1932</b>	• Data em que foi publicado, no jornal A União, o edital com a relação dos primeiros eleitores que tiveram deferidos os pedidos de alistamento eleitoral.
<b>17.12.1932</b>	• Data da sessão em que houve o deferimento do primeiro registro de partido político, pela Justiça Eleitoral da Parahyba, o Partido Democrático.
<b>14.01.1933</b>	• Data da sessão em que o TRJE respondeu à primeira Consulta Eleitoral.
<b>20.01.1933</b>	• Encerramento do 1º alistamento eleitoral.
<b>03.05.1933</b>	• 1ª eleição realizada na Parahyba administrada pela Justiça Eleitoral. Os cargos em disputa eram para a Assembleia Nacional Constituinte.
<b>18.10.1933</b>	• Data da sessão do Tribunal Eleitoral que decidiu pela reconfiguração das Zonas Eleitorais, passando de 18, para 19 Zonas Eleitorais.
<b>10.05.1935</b>	• 2ª eleição realizada na Parahyba, presidida pela Justiça Eleitoral. Os cargos em disputa eram de Deputado Estadual para a Assembleia Legislativa da Parahyba e de Deputado Federal, para a Câmara dos Deputados.
<b>14.10.1937</b>	• 1ª sessão solene de Diplomação realizada pela Justiça Eleitoral da Parahyba.

Fonte: Origens da Justiça Eleitoral na Parahyba: “de 1932 a 1937”, de Renato César Carneiro, 2012.

## PRIMEIRO CÓDIGO ELEITORAL – 1932

Getúlio Vargas, chefe do governo provisório em 1930, designou uma comissão para propor alterações no processo eleitoral, sob a liderança do gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil.

O trabalho da comissão resultou no primeiro Código Eleitoral (1932), que introduziu uma série de importantes modificações na vida eleitoral brasileira

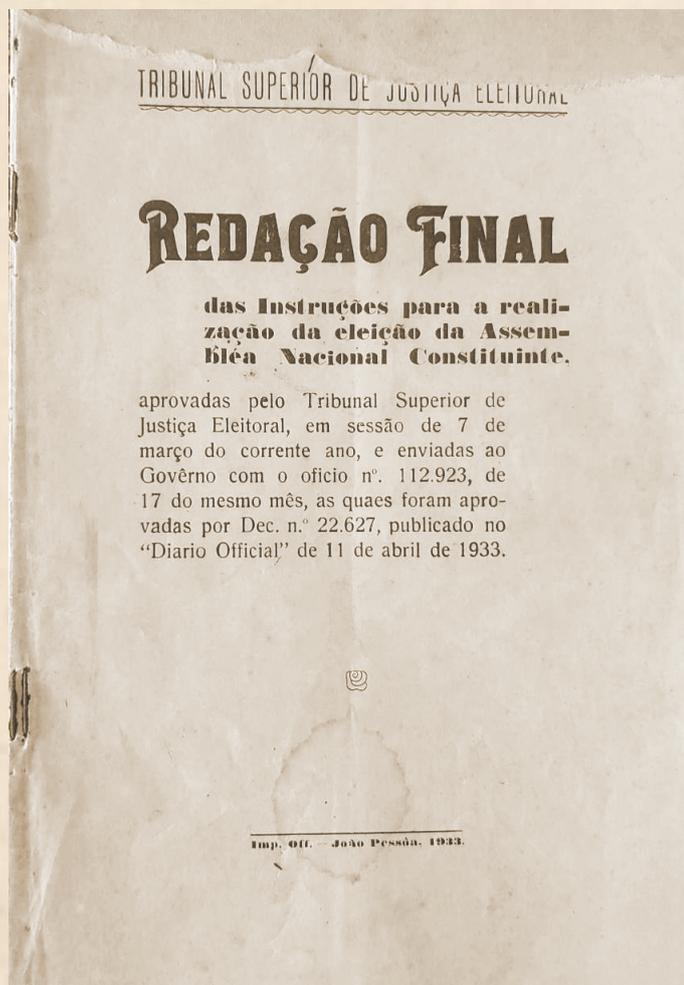
Uma das mudanças mais significativas foi a instituição da Justiça Eleitoral, concebida para garantir a integridade e transparência das eleições. Antes disso, as eleições eram marcadas por práticas questionáveis, como votos fraudulentos, violência e manipulação de resultados, perpetuando um ciclo de corrupção política.

A criação da Justiça Eleitoral visava transferir a responsabilidade por todas as etapas do processo eleitoral para o Poder Judiciário, desde o alistamento até a proclamação e diplomação dos eleitos.

Os primeiros órgãos da Justiça Eleitoral foram estabelecidos, incluindo o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, Juízes Eleitorais e Zonas Eleitorais. As Juntas Eleitorais foram posteriormente adicionadas ao sistema com o terceiro Código Eleitoral, através do Decreto-Lei nº 7.586, datado de 28 de maio de 1945.

### VOCÊ SABIA?

- **O novo Código Eleitoral ampliou o eleitorado, com o direito de voto aos brasileiros alfabetizados maiores de 21 anos, sem distinção de sexo.**
- **Também foi estabelecida a representação classista, com vagas específicas para candidatos indicados por sindicatos e associações.**
- **O sigilo do voto foi reforçado com duas medidas: a obrigatoriedade do uso de sobrecarta oficial para inserir a cédula eleitoral e o uso de Cabines de Votação.**



Instruções para a realização da eleição da Assembleia Nacional Constituinte.



Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938).

Joaquim Francisco de Assis Brasil foi um advogado, político, escritor, diplomata e estadista brasileiro; propagandista da República. Foi fundador do Partido Libertador, deputado e membro da junta governativa gaúcha de 1891.

## INSTALAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL NA PARAHYBA

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), inicialmente chamado de Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da Parahyba, teve sua Sessão de Instalação em 21 de julho de 1932, sob a presidência do desembargador Paulo Hypácio da Silva.

O evento, que aconteceu em um momento de grande efervescência política no Brasil, foi amplamente noticiado, com o jornal A União publicando mensagens de congratulações e reconhecimento.

No início, o TRE-PB utilizou o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado. O mesmo ocorreu com o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, que adotou o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal até 22.07.1932. O primeiro Regimento Interno específico do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral da Paraíba foi editado pelo Tribunal Superior Eleitoral para todos os tribunais.

Em 1932, o prédio da seção da Justiça Federal na Parahyba, o Casarão dos Azulejos, serviu como a

primeira sede provisória do Tribunal. Em janeiro de 1933, o Tribunal foi transferido para um imóvel de propriedade do Estado da Parahyba, situado na Rua Epiácio Pessoa, nº 245.

## SOBRADO COMENDADOR SANTOS COELHO / CASARÃO DOS AZULEJOS

Uma construção do Século XIX, o Sobrado Comendador Santos Coelho, ou Casarão dos Azulejos, abrigou a instalação da Justiça Eleitoral paraibana, em 1932. Originalmente, foi a residência do comendador Antônio dos Santos Coelho e sua família.

Ao longo dos anos, o imóvel foi utilizado por diversas repartições públicas e escolas. O destaque do prédio está no seu sofisticado revestimento exterior em azulejaria portuguesa, proveniente da cidade do Porto. Reconhecendo sua relevância histórica, o edifício foi tombado pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) em 1980, garantindo assim a preservação de sua arquitetura e valor cultural.



Em 1932, o prédio da seção da Justiça Federal na Parahyba, o Casarão dos Azulejos, serviu como a primeira sede provisória do Tribunal. Em janeiro de 1933, o Tribunal foi transferido para um imóvel de propriedade do Estado da Parahyba, situado na Rua Epiácio Pessoa, nº 245.

## SERVIDORES PIONEIROS

Conforme o Código Eleitoral de 1932, o Diretor da secretaria também ocupava o cargo de Secretário do Tribunal Regional. O primeiro a exercer essas funções foi o Bel. Carlos de Albuquerque Bello Filho.

Em uma sessão memorável em 10.12.1932, os Juizes da Corte souberam que ele havia sido transferido para o estado do Piauí por decisão do Governo Provisório.

Decidiram então, unidos, solicitar ao Tribunal Superior de Justiça Eleitoral que intercedesse pela permanência do servidor na Parahyba, e sua solicitação foi atendida, permitindo sua permanência no Tribunal até sua extinção temporária, em novembro de 1937.

A designação dos primeiros funcionários da secretaria do Tribunal Regional, bem como dos cartórios eleitorais, era uma atribuição do Chefe do Governo Provisório. No entanto, cabia ao próprio Tribunal Regional propor os nomes desses servidores para consideração.

### VOCÊ SABIA?

**O renomado intelectual e ex-deputado constituinte federal João Lélis de Luna Freire conquistou a quarta posição no primeiro concurso, porém optou por não assumir a vaga oferecida.**

Estes são alguns dos servidores e servidoras que contribuíram significativamente para a história do TRJE-PB:

Matilde Sá	Miosótis Costa
Auta Pessoa	Adalberto de Castro
Ademar Ataíde	Alfredo de Souza
Antônio Pereira	Francisco da Silva
Joaquim Correa	Luiz Ramazoto
Antônio dos Santos Coelho Netto	

**A esses nobres servidores e servidoras pioneiros, prestamos sinceras homenagens, reconhecendo seu valioso legado para a Justiça Eleitoral na Parahyba.**



Homenagem dos servidores ao ex-Procurador Regional, Dr. Sabiniano Alves do Rego Maia, quando os presentes bateram a última foto, em tom de despedida, no dia 04.12.1937. Imagem: Sabiniano Maia, publicada em 1984.

1. Auta Pessoa; 2. Miosótis Costa; 3. Matilde Sá; 4. Adalberto de Castro; 5. Antônio Santos Coelho; 6. Luiz Ramazoto; 7. Antônio Pereira de Castro; 8. Ademar Ataíde; 9. Francisco da Silva; 10. Sá e Benevides (secretário); 11. Flodoardo Lima da Silveira (presidente); 12. Sabiniano Maia (procurador regional); 13. Carlos Belo Filho (diretor do TRJE); 14. Alfredo Monteiro.



**BRAZ DA COSTA BARACUHY**  
Juiz Eleitoral 5ª Zona  
– Alagoa Grande



**ANTONIO BAPTISTA DE SOUZA**  
Juiz Eleitoral 11ª Zona  
– Alagoa do Monteiro



**ANTONIO GABÍNIO  
DA COSTA MACHADO**  
Juiz Eleitoral 12ª Zona – Patos



**SEVERINO DE ALBUQUERQUE  
MONTENEGRO**  
Juiz Eleitoral 9ª Zona – Patos



**PEDRO DAMIÃO PEREGRINO  
DE ALBUQUERQUE**  
Juiz Eleitoral 16ª Zona – Princesa

**Antônio Gabínio** registrou suas impressões sobre o processo de “A Cruz da Menina” em seu livro de memórias intitulado “Um Canto de Saudade”, de 1984. Em 1932, Gabínio recebeu o convite para assumir o Juizado de Direito da Comarca de Patos, por indicação do interventor Gratuliano Brito. Nessa posição, ele revirou os arquivos e trouxe à luz o mencionado processo, fornecendo ao promotor uma visão detalhada do caso.

No mesmo ato que definiu a divisão territorial do Estado em Zonas Eleitorais, foram nomeados os primeiros Escrivães para atuarem nos Cartórios Eleitorais, conforme indicado no quadro.

Zona Eleitoral / Escrivão			
1ª	Bel. Pedro Ulysses de Carvalho	10ª	Pompeu Pessoa da Costa
2ª	Antônio da Silva Ramos	11ª	Epaminondas da Silva Azevedo
3ª	José Bezerra Cavalcanti	12ª	Manuel Fernandes
4ª	José Epaminondas de Araújo	13ª	João Ferreira de Queiroga
5ª	Amélio Lopes Ramalho	14ª	Venâncio Santiago
6ª	Augusto de Brito Lyra	15ª	Francisco Lima
7ª	José Ramalho Leite	16ª	Antônio Rodrigues Lima do Amaral
8ª	José Souto Lima	17ª	Manuel da Costa Gadelha
9ª	Clóvis de Almeida	18ª	Seraphin Valdomiro de Albuquerque

## PRIMEIRAS ZONAS ELEITORAIS

As Zonas Eleitorais são delimitações geográficas estabelecidas para facilitar a organização do processo eleitoral. A primeira divisão geográfica em Zonas Eleitorais no estado da Paraíba foi realizada em julho de 1932, conforme segue:

Zona Eleitoral / Escrivão	
1 <sup>a</sup>	(Capital) municípios de João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita e Pedras de Fôgo
2 <sup>a</sup>	Mamanguape e Sapé
3 <sup>a</sup>	Itabaiana, Ingá e Pilar
4 <sup>a</sup>	Guarabira e Caiçara
5 <sup>a</sup>	Alagoa Grande e Alagoa Nova
6 <sup>a</sup>	Areia, Esperança e Serraria
7 <sup>a</sup>	Bananeiras e Araruna
8 <sup>a</sup>	Umbuzeiro
9 <sup>a</sup>	Campina Grande, Cabaceiras e Soledade
10 <sup>a</sup>	Pichuhy
11 <sup>a</sup>	Alagoa do Monteiro, Taperoá e São João do Cariry
12 <sup>a</sup>	Patos, Teixeira e Santa Luzia
13 <sup>a</sup>	Pombal
14 <sup>a</sup>	Catolé do Rocha e Brejo do Cruz
15 <sup>a</sup>	Piancó e Misericórdia
16 <sup>a</sup>	Princesa e Conceição
17 <sup>a</sup>	Souza e Anthenor Navarro
18 <sup>a</sup>	Cajazeiras e São José de Piranhas

Na sessão realizada em 18.10.1933, foi aprovada uma segunda divisão das Zonas Eleitorais.

Zona Eleitoral / Escrivão	
1 <sup>a</sup>	(Capital) municípios de João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita e Pedras de Fôgo
2 <sup>a</sup>	Mamanguape e Sapé – Juiz Eleitoral de Direito de Mamanguape

3 <sup>a</sup>	Itabayana e Pilar – Juiz Eleitoral de Direito de Itabayana
4 <sup>a</sup>	Guarabira e Caiçara – Juiz Eleitoral de Guarabira
5 <sup>a</sup>	Alagoa Grande e Alagoa Nova – Juiz Eleitoral de Direito de Alagoa Grande
6 <sup>a</sup>	Areia e Esperança – Juiz Eleitoral de Direito de Areia
7 <sup>a</sup>	Bananeiras, Araruna e Serraria – Juiz Eleitoral de Direito de Bananeiras
8 <sup>a</sup>	Umbuzeiro – Juiz de Umbuzeiro
9 <sup>a</sup>	Campina Grande, Soledade, Ingá e Cabaceiras – Juiz Eleitoral da 1 <sup>a</sup> Vara de C. Grande
10 <sup>a</sup>	Pichuhy e Serra do Cuité – Juiz Eleitoral de Pichuhy
11 <sup>a</sup>	Alagoa do Monteiro – Juiz Eleitoral de Alagoa do Monteiro
12 <sup>a</sup>	Patos, Teixeira e Santa Luzia do Sabugy – Juiz Eleitoral de Patos
13 <sup>a</sup>	Pombal – Juiz Eleitoral de Pombal
14 <sup>a</sup>	Catolé do Rocha e Brejo do Cruz – Juiz municipal de Brejo do Cruz
15 <sup>a</sup>	Piancó - (?)
16 <sup>a</sup>	Princesa – Juiz Eleitoral de Princesa
17 <sup>a</sup>	Sousa e Anthenor Navarro – Juiz Eleitoral de Sousa
18 <sup>a</sup>	Cajazeiras e São José de Piranhas – Juiz Eleitoral de Cajazeiras
19 <sup>a</sup>	São João do Cariry e Taperoá – Juiz Eleitoral de São João do Cariry
20 <sup>a</sup>	Misericórdia e Conceição – Juiz Eleitoral de Misericórdia
21 <sup>a</sup>	Santa Rita e de Pedras de Fogo – Juiz Eleitoral de Santa Rita

Em 1937, ocorreu uma 3<sup>a</sup> divisão territorial do Estado em Zonas Eleitorais. Essa reconfiguração do mapa foi resultado da criação do Município de Serra do Cuité, da transferência do termo de Ingá e de Cabaceiras para Campina Grande. Adicionalmente, o termo de Serraria foi transferido para Bananeiras. Quando a Justiça Eleitoral foi temporariamente extinta, o território paraibano estava dividido em 21 Zonas Eleitorais.

## ALISTAMENTO ELEITORAL

O Código Eleitoral de 1932 oferece duas modalidades para o alistamento eleitoral: por iniciativa do próprio cidadão, ou de forma automática (*ex-officio*). No caso do alistamento *ex-officio*, os chefes das repartições federais, estaduais e municipais eram obrigados a encaminhar aos cartórios eleitorais a relação de seus funcionários, para que estes fossem inscritos como eleitores.

O primeiro edital de alistamento eleitoral foi veiculado no Jornal A União em 28.10.1932, convocando autoridades e cidadãos a comparecerem voluntariamente para se inscreverem no corpo eleitoral.

O processo de alistamento teve início em 29.10.1932 e foi marcado por uma cerimônia solene realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral, que contou com a presença de magistrados, advogados, jornalistas e outras autoridades.

Inicialmente, a 1ª Zona Eleitoral da capital qualificou *ex-officio* 1.446 cidadãos de diversos órgãos federais, estaduais e municipais. O processo de alistamento ocorreu ao longo dos meses de outubro a dezembro de 1932, e a lista de eleitores cresceu para 4.899 cidadãos.

Antes de 1932, não há registro do primeiro eleitor do estado, mas é conhecida a primeira eleitora: **Isabel Iracema Feijó da Silveira**.

Isabel Iracema era professora, poetisa, fundadora do Comitê Feminino da Aliança Liberal na Paraíba e integrante da Associação Parahybana para o Progresso Feminino. Originária do Município de Santa Rita, Isabel teve seu pedido de alistamento eleitoral deferido pelo então Juiz de Direito da Comarca, Celso Novaes.

Após a criação da Justiça Eleitoral e o alistamento realizado em 1932, o primeiro eleitor registrado pela instituição na Paraíba também foi uma mulher: **Isabel Carneiro Cavalcante de Avellar**.

### VOCÊ SABIA?

Conforme relatado pelo jornal A UNIÃO, o Interventor Gratuliano de Brito se alistou voluntariamente no Cartório da 1ª Zona, comparecendo em 1º de fevereiro de 1933.

N. 664

**TÍTULO DE ELEITOR**

PARAÍBA DO NORTE

1ª zona *Joaquim Pessoa Capital do Estado*

Domicílio eleitoral *Joaquim Pessoa*

Número de ordem da inscrição *250*

Data da inscrição no cartório *24 de janeiro de 1933*

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso)

*Samuel Hardman Norat*

Filiação *Samuel Norat*

Naturalidade *Paraíba do Norte*

Idade *56* anos — Data do nascimento *9 de Novembro de 1876*

Qualificativos

Estado civil *Casado*

Profissão *Empregado P. Federal*

*Samuel Hardman Norat*  
ASSINATURA DO ELEITOR

*Samuel de Oliveira*

O presente título é expedido de acordo com o Código Eleitoral da República e em cumprimento ao despacho do Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da Paraíba do Norte e recebeu o número \_\_\_\_\_ ass \_\_\_\_\_ dias

Diretor da Secretaria

Polegar direito

Formosa

Título de Eleitor, 1933. Fonte: Portal da Memória da Justiça Eleitoral da Paraíba.

## PARTIDOS POLÍTICOS

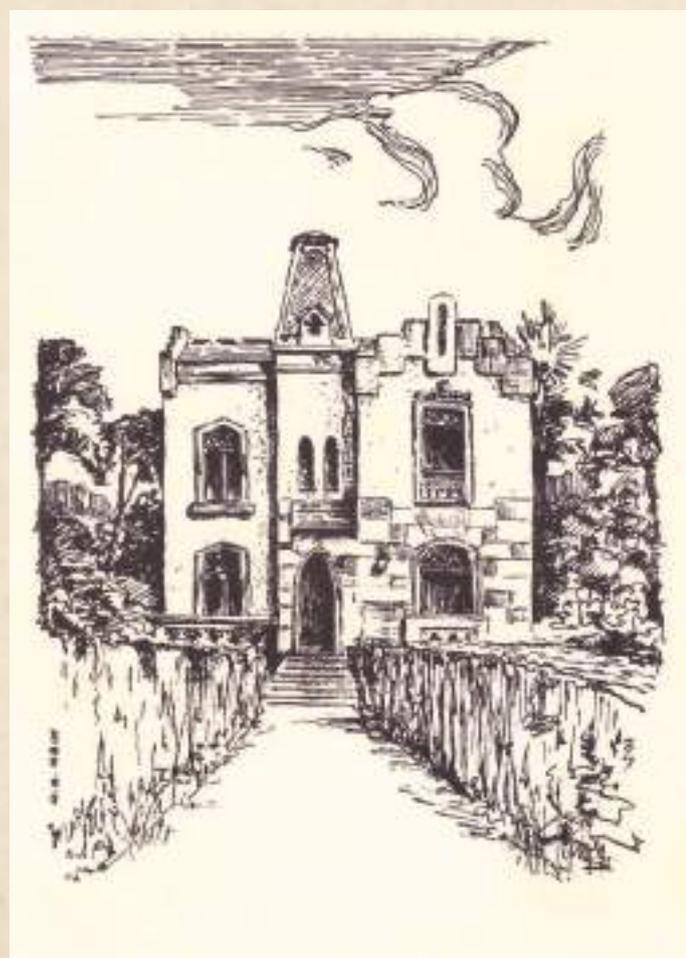
Na Era Vargas (1930-1945), a atividade partidária foi limitada de 1933 a 1937. Os partidos eram locais e registravam-se apenas com um estatuto e manifestos publicados na imprensa. Não existiam grandes debates ideológicos, mas sim uma luta pelo poder e benefícios do Estado.

O Partido Democrático da Paraíba foi o pioneiro a requerer registro no Tribunal Regional Eleitoral em novembro de 1932.

O Partido Progressista da Paraíba foi fundado em 1933, sob a liderança de José Américo de Almeida, e conseguiu eleger seus cinco representantes políticos. Os principais pontos do programa partidário incluíam:

Os princípios legados por João Pessoa;

- A Revolta de 1930;
- As iniciativas de José Américo no combate às secas.



Sede do Partido Republicano Libertador (Residência da família de Antônio Botto de Menezes).

O Partido Republicano Libertador foi fundado com o propósito de unir opositores. Sua origem remonta à casa de Joaquim Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que se via como o herdeiro político de João Pessoa após o seu falecimento. O grupo também contava com membros como Carlos Pessoa, Antônio Botto de Menezes, além de jornalistas, comerciantes e agricultores.

### Coligações partidárias na Parahyba

1930

A Coligação dominante	A oposição
Partido Republicano da Parahyba ('Liberais', Epitacistas Pessoistas)	Partido Republicano Conservador da Parahyba ('Perrepistas', Heraclistas e dissidentes do Epitacismo)

1933 - 1937

A Coligação dominante	A oposição
Partido Progressista da Parahyba (Liberais e Perrepistas cooptados pelo Americanismo e Argemirismo)	Partido Republicano Libertador (Liberais dissidentes)

1933 - 1937

<p>Alterações na correlação de forças:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Coalizão entre o Partido Progressista e o Partido Republicano Libertador para apoiar a candidatura de José Américo à presidência.</li> <li>• Golpe de 10 de novembro de 1937: Vargas decreta o fim dos partidos políticos.</li> <li>• Rompimento entre José Américo e Argemiro de Figueiredo: desentendimentos políticos levam à separação.</li> </ul>
--

## AS ELEIÇÕES DE 1933

As eleições de 3 de maio de 1933 foram convocadas com o propósito de estabelecer a Assembleia Nacional Constituinte.

No cenário paraibano, quatro comissões apuradoras, sob a liderança dos magistrados Arquimedes Souto Maior, Antonio Galdino Guedes, José Flósculo da Nóbrega e Agripino Gouveia de Barros, buscaram assegurar a integridade dos resultados eleitorais.

Os partidos e grupos políticos da Paraíba incluíam:

- Partido Progressista
- Partido Republicano Libertador
- Liga Pró-Estado Leigo
- Partido Popular Parahybano

### VOCÊ SABIA?

Os candidatos poderiam ser registrados pelas agremiações políticas, indicados por associações profissionais e sindicatos, ou até mesmo avulsos, sem partido político.

### Alistamento Eleitoral e Comparecimento

Alistamento Eleitoral	29.696 eleitores
Eleitorado Votante	24.973 eleitores

### Deputados eleitos em 1933

Candidato	Partido	Votação
Odon Bezerra Cavalcanti	PP	18.844 votos
Irineu Joffily	PP	18.525 votos
Heretiano Zenaide	PP	18.365 votos
José Pereira Lira	PP	18.360 votos
Manuel Veloso Borges	PP	17.923 votos

Em todo o Brasil foram eleitos 214 deputados diretamente, e mais 40 indicados por entidades reconhecidas. A médica paulista Carlota Pereira de Queiroz fez história como a 1ª mulher a integrar a Constituinte do Brasil, avançando a representatividade feminina.



Deputados Constituintes eleitos na Parahyba em 1933.

## AS ELEIÇÕES DE 1934

Nacionalmente, ocorreram eleições para a Assembleia Legislativa Estadual e para a Câmara dos Deputados em 14 de outubro de 1934. A escolha do governador e de dois senadores seria feita de maneira indireta pelos deputados estaduais.

Somente partidos legalmente constituídos puderam competir nesta ocasião. Destacam-se:

- O Partido Progressista, sob a liderança de José Américo de Almeida, abrigava notáveis como Argemiro de Figueiredo, Rui Carneiro e Gratuliano Brito.
- O Partido Republicano Libertador, liderado por Antônio Botto de Menezes, reunia em seus quadros Ernani Sátiro, dissidentes da família Pessoa e entusiastas do Epitacismo.

Após a instalação da Assembleia Constituinte do Estado em janeiro de 1935, Argemiro de Figueiredo foi eleito governador pelos deputados. Não havia a posição de vice-governador.

Na mesma sessão, José Américo de Almeida e Manoel Veloso Borges foram eleitos senadores.

As Eleições de 1934 foram marcadas por graves irregularidades, incluindo violações de urnas, prisões de opositores, agressões e intimidações. Isso culminou na vitória do partido governista. Mais uma vez, houve uso flagrante da máquina administrativa em prol da corrente política dominante.

### VOCÊ SABIA?

- **Gratuliano de Brito se candidatou a deputado federal enquanto exercia o cargo de interventor. Ele renunciou à interventoria para assumir o mandato parlamentar.**
- **Na campanha eleitoral Antônio Botto de Menezes lançou diversos habeas corpus para garantir sua liberdade de propaganda.**

### Números da Eleição

Alistamento Eleitoral	51.463
Comparecimento	38.865

### VOCÊ SABIA?

**Anacleto Vitorino foi o primeiro operário e negro a ser eleito deputado estadual na Parahyba.**



Manchete do dia 14 de outubro de 1934, Jornal A União.

## A PRIMEIRA SESSÃO SOLENE DE DIPLOMAÇÃO

No dia 10 de maio de 1935, a história política da Parahyba (atual Paraíba) ficou marcada com a realização da primeira Sessão Solene de Diplomação pela Justiça Eleitoral do estado.

### Os primeiros candidatos diplomados pelo Tribunal Regional de Justiça Eleitoral foram:

Aloysio Affonso Campos, Adalberto Jorge Rodrigues Ribeiro, Américo Maia de Vasconcelos, Anacleto Vitorino da Silva, Antônio Pinto de Oliveira, Alcindo de Medeiros Leite, Celso Mattos Rolim, Emiliano Castor da Nóbrega, Ernani Ayres Sátyro e Souza, Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega, Fernando Pessoa, Francisco de Paula e Silva, Francisco Duarte Lima, Francisco Seráfico da Nóbrega, João de Souza Vasconcelos, José Antônio Ferreira Rocha, José Francisco de Paula Cavalcanti, José de Sousa Maciel, José Peregrino de Araújo Filho, José Rodrigues de Aquino, José Targino, José Tavares Cavalcanti, Lauro de Guimarães Wanderley, Miguel Severino Bastos Lisboa, Monsenhor Odilon Ribeiro Coutinho, Newton Nobre de Lacerda, Octávio Theodoro Amorim, Pedro Ulysses de Carvalho, Raymundo Vianna Macêdo, Romualdo Rolim, Severino de Albuquerque Lucena e Tertuliano da Costa Brito.

Na mesma sessão, foram eleitos indiretamente o Governador do Estado, Argemiro de Figueiredo, e os senadores José Américo de Almeida e Manoel Veloso Borges. Além disso, procedeu-se à eleição dos membros das Comissões Permanentes e da Mesa Diretora do Poder Legislativo do Estado.



Argemiro de Figueiredo: eleito indiretamente o Governador de Estado, em 1934.

## ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1935

Durante o período de 1930 a 1937, a Paraíba teve apenas uma eleição municipal, que ocorreu em 9 de setembro de 1935, nas cidades consideradas mais importantes.

### Cajazeiras

Prefeito:  
Joaquim Matos Rolim -  
Ala conservadora local  
Votos: 600

2º Candidato:  
Vital Cartaxo Rolim  
- Legenda Católica,  
oposição  
Votos: 345

### Campina Grande

Prefeito Eleito:  
Vergniaud Borborema  
Wanderley - Partido  
Progressista

2º Candidato:  
Lafayet Cavalcantie -  
Partido Republicano  
Libertador

### Patos

Prefeito:  
Clóvis Sátyro e Sousa

2º Candidato:  
Darcílio Wanderley da  
Nóbrega

### Santa Rita

Eleito Flávio Maroja Filho, que concorreu pelo Partido Progressista. Membro da família Ribeiro Coutinho, ele foi apoiado pelo industrial Vinícius Veloso Borges e pela Igreja Católica.

### São José de Piranhas

Não houve concorrência eleitoral. A candidatura única foi registrada por Malaquias Gomes Barbosa, que atuava como líder político local e mantinha alianças com o governo estadual.



Segunda sede do Tribunal Eleitoral, em 1934. Imagem de Antonio Botto de Menezes no livro "Minha Terra: memórias e confissões", de 1992.

## MAGISTRADOS QUE ATUARAM NA CORTE REGIONAL ELEITORAL – 1932 A 1937

### Juízes Membros

Juiz Federal

**Antônio Guedes**

Desembargadores

**Arquimedes Souto Maior**

**Flodoardo Lima da Silveira**

**Maurício de Mendonça Furtado**

**Paulo Hypacio da Silva**

Juristas

**Corálio Soares de Oliveira**

**Eurípedes Tavares da Costa**

**Horácio de Almeida**

**José Flóscolo da Nóbrega**

Juiz

**Braz Baracuhy**

Juízes substitutos

**Antônio Feitosa  
Ferreira Ventura**

**Sizenando de Oliveira**

Procuradores Regionais

**Desembargador Flodoardo  
Lima da Silveira**

**Sabiniano Alves do Rego Maia**

O primeiro Presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral da Parahyba foi o Desembargador Paulo Hypacio da Silva e o primeiro Vice-Presidente foi o Juiz Antônio Galdino Guedes.

A partir de maio de 1937 até o mês de novembro do mesmo ano, mês em que a JE foi temporariamente suprimida, presidiu o TRJE o Desembargador Flodoardo Lima da Silveira.

## O RETRATO DO DESEMBARGADOR PAULO HYPACIO A EXPRESSIVA SOLENNIDADE NAQUELLA CORTE DE JUSTIÇA



Solenidade de homenagem e despedida, com aposição do retrato do Desembargador Paulo Hypácio da Silva, primeiro presidente do TRJE (Jornal A União, de 26.02.1937).



O Jurista do Sabugi em rara fotografia.

## JOSÉ FLÓSCOLO DA NÓBREGA

José Flóscolo da Nóbrega (1898-1969) foi uma importante figura para o Direito e a Sociologia. Nascido em Santa Luzia (PB), ele se formou em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1925. A vida do Jurista do Sabugi foi marcada por seu recolhimento intelectual e o intenso amor aos livros.

Durante sua carreira, ele ocupou diversas funções, como advogado da Prefeitura de João Pessoa, subprefeito do município de Santa Rita, procurador geral do Estado, desembargador do Tribunal de Justiça e membro do Tribunal Regional Eleitoral.

Além de suas atividades jurídicas, José Flóscolo da Nóbrega

também teve atuação no campo acadêmico. Ele fundou a cadeira de Introdução à Ciência do Direito na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 1951.

Ele também colaborou com diversos jornais e revistas da capital e escreveu artigos para publicações como a Revista de crítica forense do Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais de São Paulo e Revista de Estudos Políticos de Belo Horizonte.

José Flóscolo da Nóbrega foi membro da Academia Paraibana de Letras, ocupando a cadeira nº 1, cujo patrono é Augusto dos Anjos. Ele publicou vários livros ao longo de sua carreira, incluindo “Introdução ao Direito”, “Introdução à Sociologia”, “A sombra do Eu”,

“A teoria ecológica do Direito”, “A liberdade como função social” e “Poemas esquecidos” (Revista da APL, nº 08). Também escreveu sobre o tema “Em torno de Einstein”.

“Augusto dos anjos continua o grande incompreendido das nossas letras. O muito que sobre ele se há escrito pouco tem valido para desvendar o enigma. O presente trabalho é apenas uma modesta contribuição para os que se aventuram a defrontar a esfinge.”

Flóscolo da Nóbrega, livro “A sombra do Eu”.

Declaração de Dra. Vânia Toscano da Nóbrega:

**“Meu pai não guardou sua cultura apenas para si, mas procurou através dos livros de sua autoria facilitar o aprendizado dos alunos que se iniciam os cursos de direito e sociologia, mediante o uso de uma linguagem direta e sintética.”**

Acesse o QR code abaixo para conferir o Seminário “A vida e a obra de Flóscolo da Nóbrega” realizado pelo TRE-PB em 2023.





Os novos prefeitos: Sabiniano Maia (lado esquerdo) e Benedicto Barbosa de Sousa (lado direito). Ao centro, Raul Góes, secretário da Interventoria Geral. Jornal A União, de 02.12.1937.

## SABINIANO MAIA

Sabiniano Alves do Rêgo Maia (1903-1994) foi um bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Recife em 1928. Ele teve uma carreira jurídica diversificada, atuando como Promotor em Itabaiana em 1924 e ocupando diversos cargos, como Delegado de Polícia de Itabaiana e Promotor Público de Urussanga, em Santa Catarina.

Em setembro de 1934, Sabiniano Maia foi nomeado Procurador Regional Eleitoral por Getúlio Vargas e exerceu essa função até novembro de 1937, quando a Justiça Eleitoral foi dissolvida.

Durante esse período, ele emitiu 164 pareceres relacionados à sua função como Procurador Regional Eleitoral. Apesar de ter ocupado cargos importantes no estado, Sabiniano Maia se destacou

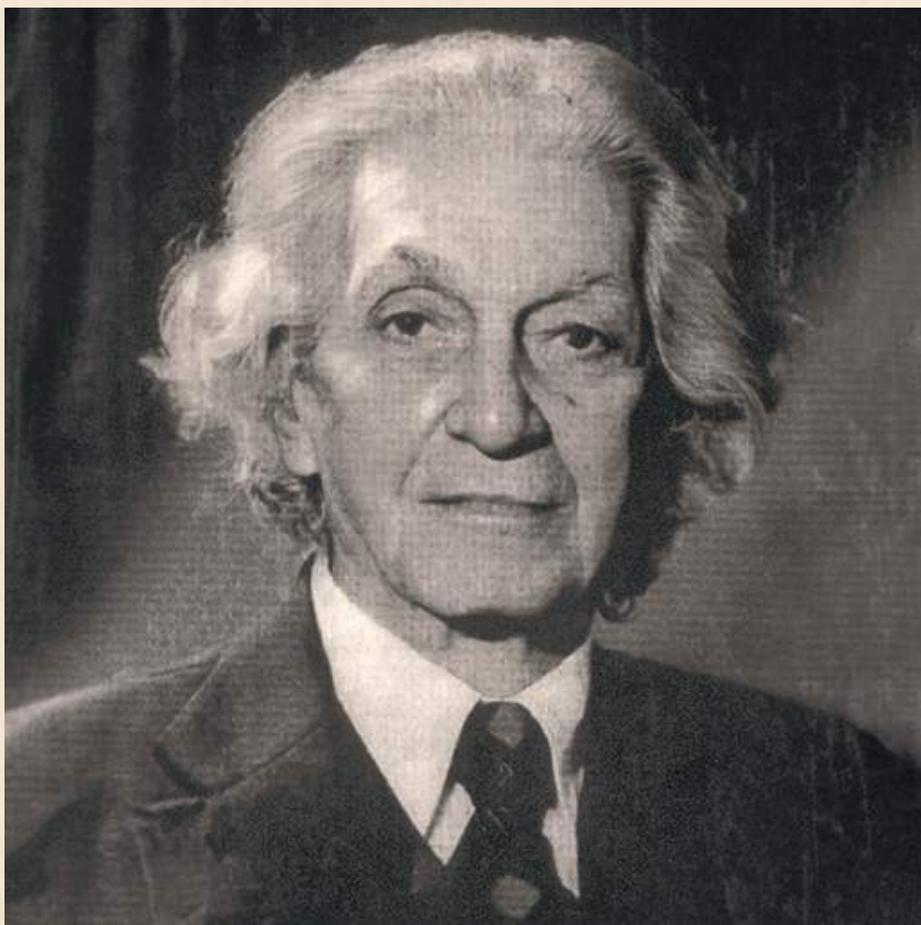
como escritor e historiador na Paraíba.

Escreveu diversos livros de crônicas, comentários e relatórios, que receberam elogios da elite intelectual paraibana. Sua bibliografia abrangente e diversificada contribuiu para o conhecimento e preservação da história da Paraíba. Sabiniano Maia também foi sócio da Associação Paraibana de Imprensa, membro da Academia de Poesia e sócio fundador do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica. Em 1972, ele ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Alguns dos principais livros publicados por Sabiniano Maia incluem “Itabaiana, sua história, suas memórias: 1500-1975 (1977), “Caminhos da Paraíba” (1978), “No Vale do Mamanguape” (1981), “Superstições: 1932-1935-1936” (1983), “Em Santa Catarina: 1931” (1984),

“Tribunal Regional da Justiça Eleitoral do Estado da Paraíba: Pareceres 1934-1935-1936-1937” (1984) “Crônicas e Comentários: 1917-1977” (1988) e “Sapé – sua história, suas memórias (1883-1985)”.

O primeiro parecer emitido por Sabiniano Alves do Rêgo Maia data de 17.10.1934 e foi relativo a exame pericial procedido na urna da 11a Zona Seção Eleitoral da Capital, em que ficou constatada a sua violação, tendo opinado o Procurador Regional pela apuração da urna em questão. O último parecer foi emitido a 09.10.1937, um dia antes do Decreto presidencial que extinguiu a Justiça Eleitoral. A matéria era relativa à renúncia de três Vereadores da Câmara Municipal de Picuí e a Procuradoria opinou pela incompetência da Corte. **Em 01 de dezembro de 1937, Sabiniano Maia é nomeado prefeito de Guarabira, pela nova Interventoria.**



## HORÁCIO DE ALMEIDA

Horácio de Almeida (1896-1980) foi uma figura importante para a história e cultura da Paraíba. Nasceu na Vila Real de Areia (PB) em 1896, ele foi juiz membro do TRE-PB na qualidade de jurista de 1933 a 1937. Além de advogado e magistrado, Horácio também se destacou como historiador, jornalista e dicionarista.

Horácio foi um dos fundadores da Academia Paraibana de Letras e ocupou a cadeira nº 24, cujo patrono é o pintor Pedro Américo.

Ele participou do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e de várias outras entidades intelectuais na Paraíba e em outros estados. Em 1946, ele se transferiu para o Rio de Janeiro, então capital política e cultural do Brasil. Durante o período de 1920 a

1980, Horácio de Almeida foi um dos intelectuais mais prolíficos da Paraíba.

Ele se formou na Faculdade de Direito do Recife em 1930 e, aos 34 anos, já era pai de seis filhos. Horácio tinha um amor profundo pela Paraíba e pelos livros, possuindo o maior acervo bibliográfico e documental sobre o estado. Seu filho Átila Almeida seguiu a tradição familiar e se tornou um colecionador de livros e documentos, além de editor.

Horácio colaborou em diversos jornais locais e escreveu uma ampla obra sobre a história da Paraíba, incluindo “Brejo de Areia” (1958) e “História da Paraíba” (1966 e 1978). Ele também escreveu sobre figuras importantes da cultura paraibana, como Pedro Américo e Augusto dos Anjos.

Entre os principais livros publicados por Horácio de Almeida estão “Contribuição para uma bibliografia paraibana” (1972), “Pedro Américo - centenário do seu nascimento” (1944), “Brejo de Areia - memórias de um município” (1958), “Augusto dos Anjos - razões de sua angústia” (1962), “História da Paraíba” (1966), “Augusto dos Anjos - tema para debates” (1970), “Dicionário Popular Paraibano” (1979) e “Dicionário de termos eróticos e afins” (1982).

Horácio de Almeida foi um dos intelectuais paraibanos que mais se dedicaram à história e memória de seu estado. Mesmo vivendo no Rio de Janeiro, ele nunca deixou de estar conectado com sua terra natal, Areia, nem com as origens históricas de sua amada Paraíba.



“Cristo Morto”, um pequeno quadro pintado em 1901, por Pedro Américo. O gênio das artes foi uma referência para Horácio de Almeida. A obra de arte encontra-se no Museu de Pedro Américo, na cidade natal deles, anteriormente chamada de Brejo de Areia.

## NOVEMBRO DE 1937

Getúlio Vargas havia marcado as eleições presidenciais para o dia 03 de janeiro de 1938. Os candidatos à Presidência do Brasil eram:

- Armando Sales de Oliveira – então governador de São Paulo;
- Plínio Salgado – chefe Integralista;
- José Américo – paraibano e ex-ministro de Vargas.

Em 10 de novembro de 1937, temeroso que José Américo de Almeida ganhasse o pleito, e querendo se perpetuar no poder, Getúlio deu o golpe de estado, tomando as seguintes medidas:

- Fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais;
- Publicação de nova Constituição Federal, de inspiração fascista.
- Nomeação de Interventores para os estados, sem processo eleitoral.
- Indicação dos prefeitos pelo governo do estado.

**Alegando desassossego à tranquilidade pública, Vargas determinou: A dissolução dos partidos políticos.**

O último ato da Presidência do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral foi uma Portaria, com o seguinte teor:

“Deixando a presidência deste Tribunal extinto pela Constituição promulgada para o país a 10 do corrente, cumpro com satisfação o dever de agradecer aos dignos funcionários que compõem o quadro de sua Secretaria, os serviços que, com inteligência, zelo e destacada dedicação ao serviço público, prestaram, todos, à justiça eleitoral, no período de minha gestão. É justo louvar a proveitosa cooperação de cada um, nos limites de suas atribuições, para os bons resultados que o Tribunal Regional pôde apresentar no encerramento de suas atividades neste Estado.

Aqui vão os seu nomes:

Dr. Carlos Alberto Albuquerque Bello Filho, diretor da Secretaria; Alfredo de Sousa Monteiro, e d. Joaquim Corrêa de Sá e Benevides, chefes de secção; Juvenal Augusto Lage e Antonio Pereira de Castro, officiaes; Luiz Ramazzoto e bel. Antônio dos Santos Coêlho Netto, auxiliares; Auta Pessoa de Figueiredo e Myosotis de Albuquerque Costa, dactylographas; Adalberto Florentino de Castro, porteiro; Francisco de Barros Correia e Adhemar Athayde, serventes. O agradecimento e louvor aqui consignados também se estendem aos que exerceram interinamente cargos da Secretaria e aos funcionários de outras repartições que a ella prestaram seu concurso, em virtude de requisições. Flodoardo Lima da Silveira, presidente.”

(Fonte: Jornal A União, de 14.11.1937)

### Ano / Sessões realizadas no TRJE

**1932**

47 sessões ordinárias

**1933**

149 sessões ordinárias

17 sessões extraordinárias

**1934**

80 sessões ordinárias

20 sessões extraordinárias

**1935**

80 sessões ordinárias

**1936**

53 sessões ordinárias

**1937**

Até o dia 18 de agosto/1937, a Corte Eleitoral realizou: 33 sessões ordinárias

CONHEÇA O PORTAL  
DA MEMÓRIA DO TRE-PB



REALIZAÇÃO

Seção de Documentação  
Coordenadoria de Gestão da Informação  
Secretaria Judiciária e da Informação  
Comissão Permanente de  
Avaliação de Documentos  
Comissão de Memória Institucional

